

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

(Deputado federal pelo Partido Libertador)

No período gestatório do Estado Novo, predisse o illustre general Góis Monteiro que policial seria o nascituro regime. E acertou, pois fácil lhe era a ele conhecer o futuro próximo. Decorridos oito anos, caiu o Estado Novo, mas continuou e continuou o regime policial, como persistem outros caracteres malignos da ditadura deposta. E' que não se mudam os hábitos, não se corrigem as deformações, não se extirpam os vícios tão facilmente como se trocam as vestes.

Que vem a ser, porém, regime policial? Felizes os povos que só por definição o conhecem! Regime policial é aquéle em que a polícia exsurge da categoria de simples aparelho de defesa social, à de poder supremo do Estado. Pouco valem, então, a lei e a justiça, porque a lei se viola abertamente e a justiça se desrespeita impunemente. Sendo instrumento a polícia do poder executivo, de crer seria que ao governo coubesse inteira, em tal regime, a responsabilidade dos seus atos. A verdade é, porém, que, se a polícia serve ao governo, dos mesmos serviços que lhe presta ou diz prestar-lhe se prevalece para dar largas aos seus instintos de violência e sobrepor-se, não raro, à autoridade do próprio chefe do Estado. E' a velha história do valentão, do capanga, a dominar, pela cumplicidade, o senhor que o tomou a seu serviço.

Explica-se, dest'arte, que nenhum inquérito até agora aberto contra violências policiais tenha chegado a bom termo e justifica-se a descrença de que alguma coisa se chegue a apurar quanto à brutal agressão feita ao jornalista Carlos Lacerda, sem embargo do sincero empenho manifestado pelo sr. presidente da República na elucidação do atentado. O governo precisa da polícia para reprimir o comunismo e dela faz o sustentáculo único das instituições: como lhe não há-de permitir, em troca, certas liberalidades, como lhe não há-de reconhecer certas imunidades?